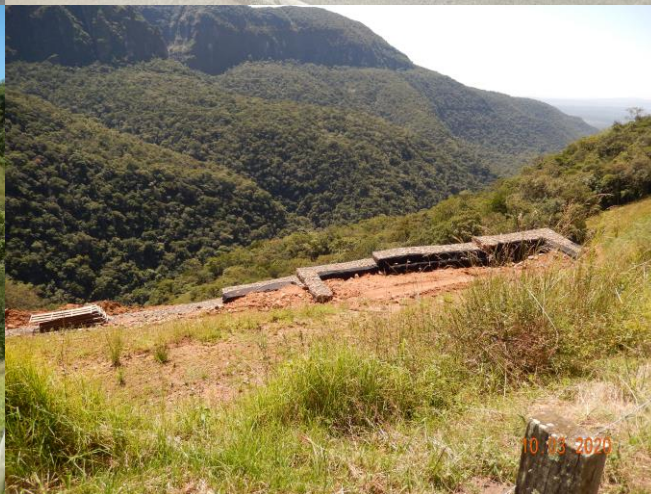


**RELATÓRIO DE AUDITORIA DO PROGRAMA DE
INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA**



**BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO
(BID)**

**SECRETARIA DE ESTADO DA
INFRAESTRUTURA E
MOBILIDADE
(SIE)**

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2900/OC-BR

**PERÍODO 2019 A 2020
(ÚLTIMO RELATÓRIO)**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHEIROS

Adircélio de Moraes Ferreira Junior, Presidente
Herneus João de Nadal, Vice-Presidente
Wilson Rogério Wan-Dall, Corregedor Geral
Luiz Eduardo Cherem
César Filomeno Fontes
José Nei Alberton Ascari
Luiz Roberto Herbst

AUDITORES

Cleber Muniz Gavi
Gerson dos Santos Sicca
Sabrina Nunes Iocken

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/SC

Cibelly Farias, Procuradora-Geral

DIRETOR GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Marcelo Brognoli da Costa

DIRETORA DE ATIVIDADES ESPECIAIS

Monique Portella

COORDENADOR DE AUDITORIA FINANCEIRA

Osvaldo Faria de Oliveira

EQUIPE DE AUDITORIA

Antônio César Maliceski
Damiany da Fonseca
Nelson Costa Junior, Chefe de Divisão

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Julho de 2020

SUMÁRIO

Sumário Executivo	3
Lista de Siglas	5
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	6
Demonstrações Financeiras	11
Notas Explicativas	15
Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras	21
1. Controle interno do Programa	24
1.1. Entendimento da Entidade e de seu Ambiente	24
1.2. Identificação dos Riscos de Distorção Relevante	24
1.3. Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante	25
1.4. Achados de Auditoria do Período de 2019 a 2020	26
1.5. Avaliação do Cumprimento das Recomendações do Exercício Anterior	45
1.6. Outros requisitos legais e/ou regulatórios	54
1.7. Conclusão	54
Glossário de Termos e Expressões	55
Apêndice	56
Relatório de Inspeção	

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Informações da Unidade

Natureza do Trabalho:	Auditoria Financeira do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina
Período Auditado:	2019 e 2020
Unidade Auditada:	Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE)

2. Identificação do Programa

Programa:	Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa VI)
Objetivo:	Contribuir para o crescimento descentralizado, equilibrado e sustentável do Estado de Santa Catarina, mediante a construção, pavimentação e reabilitação da infraestrutura viária estadual.
Contrato de Empréstimo:	BID nº 2900/OC-BR
Recursos Envolvidos:	US\$ 367.510.000,00 (Trezentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dez mil dólares)
Gestor:	Clayton Bortoluzzi – Coordenador do Programa BID VI

3.Escopo da Auditoria

A auditoria foi realizada em conformidade com as Normas Internacionais e Brasileiras de Auditoria e segundo as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009.

Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve o exame, sob uma base de provas, para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas Demonstrações Financeiras. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação dos princípios contábeis aplicados e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Na auditoria do período de 2019 e 2020 foi realizada a avaliação da confiabilidade dos procedimentos contábeis e administrativos e dos controles internos, exame da documentação comprobatória das origens de recursos, revisão dos processos de pagamentos de despesas, exame dos processos licitatórios concluídos (amostra) e verificação do cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro-gerencial, leis e disposições oficiais pertinentes às operações realizadas.

LISTA DE SIGLAS

APPE	Assessoria para Projetos Especiais
BID/Banco	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBR	Documento oficial de comunicação externa do BID
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DAE	Diretoria de Atividades Especiais
DEINFRA	Departamento Estadual de Infraestrutura
EUA	Estados Unidos da América
Intosai	Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização
NG	Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR
PA	Plano de Aquisições
PGE	Procuradoria Geral do Estado
R\$	Real
SC	Estado de Santa Catarina
SIE	Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
TA	Termo Aditivo
TCE/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
US\$	Dólar dos Estados Unidos da América do Norte

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)

AUDITORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA

À Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE)

Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina – Etapa VI

Opinião sem ressalva

Examinamos as Demonstrações Financeiras anexas da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 28 de fevereiro de 2020 e a Demonstração de Investimentos Acumulados findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina – Etapa VI, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado de Santa Catarina, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.03, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Programa em 28 de fevereiro de 2020, de conformidade com o critério contábil de caixa descrito no item 2.1 das Notas Explicativas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com o estabelecido nas normas internacionais de auditoria da Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização (INTOSAI) e da Federação Internacional de Contadores (IFAC), incorporadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras*”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e restrição sobre distribuição e uso

Chamamos a atenção para o item 2.1 das notas explicativas às demonstrações financeiras, as quais descrevem a base contábil dessas demonstrações, elaboradas para auxiliar o Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina – Etapa VI a demonstrar o cumprimento da Cláusula 5.03, das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR. As demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações para a SIE e o BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

b) Saldo remanescente do empréstimo

Chamamos a atenção para o saldo dos recursos do empréstimo desembolsados pelo Banco, não aplicados no Programa até 28/02/20, no valor de US\$ 7.572.729, 76. Durante a fase de execução da auditoria, a SIE ainda estava em tratativas com o BID para definir quais procedimentos deveria adotar para devolução dos recursos ou se o banco apresentaria alternativas para utilização do saldo remanescente do empréstimo. Desta forma, tais procedimentos não foram objeto de análise da auditoria final do Programa.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa descrito no item 2.1 das Notas Explicativas, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Programa.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria da Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização (INTOSAI) e da Federação Internacional de Contadores (IFAC), incorporadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências consideráveis nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.

Florianópolis, 24 de julho de 2020.


ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI
Auditor Fiscal de Controle Externo


DAMIANY DA FONSECA
Auditor Fiscal de Controle Externo


NELSON COSTA JUNIOR
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe de Divisão 1

Revisado.
Florianópolis, 28/07/2020.


OSVALDO FARIA DE OLIVEIRA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Coordenador da Inspeção 1

Revisado.
Florianópolis, 31/07/2020.


MONIQUE PORTELLA
Auditora Fiscal de Controle Externo
Diretora da DAE

Período terminado em 28/02/2020

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do período	227.263.657,24	125.874.661,79	353.138.319,03
DURANTE O PERÍODO	4.000.000,00	8.249.673,56	12.249.673,56
Desembolso (Antecipação/reembolsos, pagto)	4.000.000,00	8.089.528,07	12.089.528,07
Rendimentos de Aplicação Financeira Fonte BID	0,00	218.228,34	218.228,34
Ajuste de saldo variação cambial	0,00	-58.082,85	-58.082,85
TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS	231.263.657,24	134.124.335,35	365.387.992,59
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Acumulado no início do período	213.907.568,26	125.275.052,96	339.182.621,22
Durante o período	9.783.359,22	8.357.976,69	18.141.335,91
Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID até nº 47	11.103.706,45	8.511.141,34	19.614.847,79
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	0,00	0,00	0,00
Ajuste de exercício anterior	-1.320.347,23	-153.164,65	-1.473.511,88
TOTAL DESEMBOLSADO	223.690.927,48	133.633.029,65	357.323.957,13
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL	7.572.729,76	491.305,70	8.064.035,46

Thiago Augusto Vieira
Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
Representante Legal do Órgão

Eng. Clayton Bortoluzzi de Oliveira
Representante Legal do Órgão

Cláudio Cherem Garcia
Representante Legal do Órgão

Jorge João Pereira
Representante Legal do Órgão

Administração do Programa BID, 13 de abril de 2020

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

(Expresso em US\$ - Dólares)

Período terminado em 2018

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
	187.263.657,24	81.298.931,74	268.562.588,98
	40.000.000,00	44.575.730,05	84.575.730,05
	40.000.000,00	44.254.691,42	84.254.691,42
	0,00	407.853,94	407.853,94
	0,00	-86.815,31	-86.815,31
	227.263.657,24	125.874.661,79	353.138.319,03
	184.234.360,51	80.594.199,09	264.828.559,60
	29.673.207,75	44.680.853,87	74.354.061,62
	29.751.579,97	44.833.546,31	74.585.126,28
	1.320.347,23	153.164,65	1.473.511,88
	-1.398.719,45	-305.857,09	-1.704.576,54
	213.907.568,26	125.275.052,96	339.182.621,22
	13.356.088,98	599.608,83	13.955.697,81

Período terminado em 28/02/2020

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do período	668.039.855,65	432.103.256,15	1.100.143.111,80
DURANTE O PERÍODO	18.625.000,00	33.286.562,07	51.911.562,07
Desembolso (Antecipação/reembolsos, pagto diretos)	16.621.000,00	32.268.565,76	48.889.565,76
Rendimentos de Aplicação Financeira Fonte BID	0,00	981.612,93	981.612,93
Ajuste de saldo variação cambial	2.004.000,00	36.383,38	2.040.383,38
TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS	686.664.855,65	465.389.818,22	1.152.054.673,87
Acumulado no início do período	616.831.662,67	429.780.525,84	1.046.612.188,51
Durante o período	38.711.225,41	33.399.926,22	72.111.151,63
Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID até nº 47	43.615.655,26	33.972.210,62	77.587.865,88
Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	0,00	0,00	0,00
Ajuste de exercício anterior	-4.904.429,85	-572.284,40	-5.476.714,25
TOTAL DESEMBOLSADO	655.542.888,08	463.180.452,06	1.118.723.340,14
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	31.121.967,57	2.209.366,16	33.331.333,73

Thiago Augusto Vieira
Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
Representante Legal do Órgão

Eng. Clayton Bortoluzzi de Oliveira
Representante Legal do Órgão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

(Expresso em R\$ - Reais)

Período terminado em 2018

BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
525.457.855,65	255.379.027,63	780.836.883,28
142.582.000,00	176.724.228,52	319.306.228,52
142.582.000,00	175.117.721,78	317.699.721,78
0,00	1.580.107,72	1.580.107,72
0,00	26.399,02	26.399,02
668.039.855,65	432.103.256,15	1.100.143.111,80
515.870.131,13	253.048.194,90	768.918.326,03
100.961.531,54	176.732.330,94	277.693.862,48
100.484.048,81	177.134.480,55	277.618.529,36
4.904.429,85	572.284,40	5.476.714,25
-4.426.947,12	-974.434,01	-5.401.381,13
616.831.662,67	429.780.525,84	1.046.612.188,51
51.208.192,98	2.322.730,31	53.530.923,29

Cláudio Cherem Garcia
Representante Legal do Órgão

Jorge João Pereira
Representante Legal do Órgão

DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Exercício: Findo em 28/02/2020

Em US\$

CATEGORIA DE INVERSÃO	ORÇAMENTO VIGENTE			ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2018			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO 2019			ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2019			Orçamento a Realizar		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
1 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO	18.273.463,00	1.057.810,36	19.331.273,36	15.136.230,97	1.092.376,45	16.228.607,42	2.155.349,37	39.038,43	2.194.387,80	17.291.580,34	1.131.414,88	18.422.995,22	981.882,66	-73.604,52	908.278,14
1.1 ESTUDOS E PROJETOS	4.100.000,00	56.198,80	4.156.198,80	3.030.432,83	56.198,80	3.086.631,63	679.749,39	0,00	679.749,39	3.710.182,22	56.198,80	3.766.381,02	389.817,78	0,00	389.817,78
1.2 ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	14.173.463,00	1.001.611,56	15.175.074,56	12.105.798,14	1.036.177,65	13.141.975,79	1.475.599,98	39.038,43	1.514.638,41	13.581.398,12	1.075.216,08	14.656.614,20	592.064,88	-73.604,52	518.460,36
1.3 AUDITORIA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 OBRAS CIVIS E SUPERVISÃO	230.160.331,91	86.307.867,99	316.468.199,90	197.205.132,20	90.398.710,83	287.603.843,03	7.628.009,85	635.525,79	8.263.535,64	204.833.142,05	91.034.236,62	295.867.378,67	25.327.189,86	-4.726.368,63	20.600.821,23
2.1 CONSTRUÇÃO	47.645.301,00	13.014.710,45	60.660.011,45	46.557.819,66	13.014.710,45	59.572.530,11	1.084.668,32	0,00	1.084.668,32	47.642.487,98	13.014.710,45	60.657.198,43	2.813,02	0,00	2.813,02
2.2 PAVIMENTAÇÃO	36.612.025,00	24.037.964,43	60.649.989,43	27.076.997,80	24.042.539,19	51.119.536,99	223.911,45	0,00	223.911,45	27.300.909,25	24.042.539,19	51.343.448,44	9.311.115,75	-4.574,76	9.306.540,99
2.3 REABILITAÇÃO	125.217.589,91	44.801.810,83	170.019.400,74	108.870.033,26	48.356.979,87	157.227.013,13	3.049.294,51	0,00	3.049.294,51	111.919.327,77	48.356.979,87	160.276.307,64	13.298.262,14	-3.555.169,04	9.743.093,10
2.4 SEGURANÇA VIÁRIA	3.648.000,00	997.738,69	4.645.738,69	0,00	997.738,69	997.738,69	1.908.416,56	0,00	1.908.416,56	1.908.416,56	997.738,69	2.906.155,25	1.739.583,44	0,00	1.739.583,44
2.5 MELHORIAS AMBIENTAIS	2.176.000,00	0,00	2.176.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.605,25	0,00	1.200.605,25	1.200.605,25	0,00	1.200.605,25	975.394,75	0,00	975.394,75
2.6 SUPERVISÃO DE OBRAS	14.861.416,00	3.455.643,59	18.317.059,59	14.700.281,48	3.986.742,63	18.687.024,11	161.113,76	635.525,79	796.639,55	14.861.395,24	4.622.268,42	19.483.663,66	20,76	-1.166.624,83	-1.166.604,07
3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	1.566.205,09	3.032.550,94	4.598.756,03	1.566.205,09	3.053.275,92	4.619.481,01	0,00	0,00	0,00	1.566.205,09	3.053.275,92	4.619.481,01	0,00	-20.724,98	-20.724,98
3.1 IMPLANTAÇÃO DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL	0,00	608.135,65	608.135,65	0,00	620.019,23	620.019,23	0,00	0,00	0,00	0,00	620.019,23	620.019,23	0,00	-11.883,58	-11.883,58
3.2 OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO RODOVIÁRIO	1.566.205,09	2.424.415,29	3.990.620,38	1.566.205,09	2.433.256,69	3.999.461,78	0,00	0,00	0,00	1.566.205,09	2.433.256,69	3.999.461,78	0,00	-8.841,40	-8.841,40
3.3 APOIO À SIE E AO DEINFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 CUSTOS RECORRENTES	0,00	14.300.481,67	14.300.481,67	0,00	14.310.942,66	14.310.942,66	0,00	120.297,94	120.297,94	0,00	14.431.240,60	14.431.240,60	0,00	-130.758,93	-130.758,93
4.1 DESAPROPRIAÇÕES	0,00	14.300.481,67	14.300.481,67	0,00	14.310.942,66	14.310.942,66	0,00	120.297,94	120.297,94	0,00	14.431.240,60	14.431.240,60	0,00	-130.758,93	-130.758,93
4.2 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 CUSTOS FINANCEIROS	0,00	12.811.289,04	12.811.289,04	0,00	16.419.747,10	16.419.747,10	0,00	7.563.114,53	7.563.114,53	0,00	23.982.861,63	23.982.861,63	0,00	-11.171.572,59	-11.171.572,59
5.1 JUROS	0,00	10.326.054,38	10.326.054,38	0,00	13.853.132,30	13.853.132,30	0,00	7.449.432,81	7.449.432,81	0,00	21.302.565,11	21.302.565,11	0,00	-10.976.510,73	-10.976.510,73
5.2 COMISSÃO DE CRÉDITO	0,00	2.485.234,66	2.485.234,66	0,00	2.566.614,80	2.566.614,80	0,00	113.681,72	113.681,72	0,00	2.680.296,52	2.680.296,52	0,00	-195.061,86	-195.061,86
TOTAL	250.000.000,00	117.510.000,00	367.510.000,00	213.907.568,26	125.275.052,96	339.182.621,22	9.783.359,22	8.357.976,69	18.141.335,91	223.690.927,48	133.633.029,65	357.323.957,13	26.309.072,52	-16.123.029,65	10.186.042,87

Thiago Augusto Vieira
Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
Representante Legal do Órgão

Eng. Clayton Bortoluzzi de Oliveira
Representante Legal do Órgão

Cláudio Cherem Garcia
Representante Legal do Órgão

Jorge João Pereira
Representante Legal do Órgão

DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Exercício: Findo em 28/02/2020

Em Reais

CATEGORIA DE INVERSÃO	ORÇAMENTO VIGENTE (*)			ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2018			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO 2019			ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2019			Orçamento a Realizar		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
1 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO	37.297.965,33	2.159.096,73	39.457.062,06	45.615.300,73	3.027.181,65	48.642.482,38	8.335.339,00	157.863,64	8.493.202,64	53.950.639,73	3.185.045,29	57.135.685,02	-16.652.674,40	-1.025.948,56	-17.678.622,96
1.1 ESTUDOS E PROJETOS	8.368.510,00	114.707,37	8.483.217,37	10.432.243,74	119.388,72	10.551.632,46	2.562.752,61	0,00	2.562.752,61	12.994.996,35	119.388,72	13.114.385,07	-4.626.486,35	-4.681,35	-4.631.167,70
1.2 ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	28.929.455,33	2.044.389,36	30.973.844,69	35.183.056,99	2.907.792,93	38.090.849,92	5.772.586,39	157.863,64	5.930.450,03	40.955.643,38	3.065.656,57	44.021.299,95	-12.026.188,05	-1.021.267,21	-13.047.455,27
1.3 AUDITORIA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 OBRAS CIVIS E SUPERVISÃO	469.780.253,46	176.162.989,35	645.943.242,82	565.980.405,43	319.595.976,37	885.576.381,80	30.375.886,41	2.633.046,19	33.008.932,60	596.356.291,84	322.229.022,56	918.585.314,40	-126.576.038,38	-146.066.033,21	-272.642.071,58
2.1 CONSTRUÇÃO	97.248.823,87	26.564.325,50	123.813.149,37	126.868.410,12	38.306.515,73	165.174.925,85	4.126.462,06	0,00	4.126.462,06	130.994.872,18	38.306.515,73	169.301.387,91	-33.746.048,31	-11.742.190,23	-45.488.238,54
2.2 PAVIMENTAÇÃO	74.728.804,23	49.063.889,20	123.792.693,43	71.139.327,27	84.154.772,86	155.294.100,13	831.719,09	0,00	831.719,09	71.971.046,36	84.154.772,86	156.125.819,22	2.757.757,87	-35.090.883,66	-32.333.125,79
2.3 REABILITAÇÃO	255.581.622,77	91.444.976,09	347.026.598,85	326.476.447,84	182.287.671,88	508.764.119,72	12.235.611,85	0,00	12.235.611,85	338.712.059,69	182.287.671,88	520.999.731,57	-83.130.436,92	-90.842.695,79	-173.973.132,72
2.4 SEGURANÇA VIÁRIA	7.445.932,80	2.036.484,44	9.482.417,24	0,00	2.343.262,28	2.343.262,28	7.724.822,75	0,00	7.724.822,75	7.724.822,75	2.343.262,28	10.068.085,03	-278.889,95	-306.777,84	-585.667,79
2.5 MELHORIAS AMBIENTAIS	4.441.433,60	0,00	4.441.433,60	0,00	0,00	0,00	4.858.813,61	0,00	4.858.813,61	4.858.813,61	0,00	4.858.813,61	-417.380,01	0,00	-417.380,01
2.6 SUPERVISÃO DE OBRAS	30.333.636,20	7.053.314,13	37.386.950,33	41.496.220,20	12.503.753,62	53.999.973,82	598.457,05	2.633.046,19	3.231.503,24	42.094.677,25	15.136.799,81	57.231.477,06	-11.761.041,05	-8.083.485,68	-19.844.526,73
3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	3.196.781,21	6.189.739,72	9.386.520,93	5.235.956,51	9.054.257,16	14.290.213,67	0,00	0,00	0,00	5.235.956,51	9.054.257,16	14.290.213,67	-2.039.175,30	-2.864.517,44	-4.903.692,74
3.1 IMPLANTAÇÃO DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL	0,00	1.241.265,68	1.241.265,68	0,00	2.252.188,96	2.252.188,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.252.188,96	2.252.188,96	0,00	-1.010.923,28	-1.010.923,28
3.2 OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO RODOVIÁRIO	3.196.781,21	4.948.474,05	8.145.255,26	5.235.956,51	6.802.068,20	12.038.024,71	0,00	0,00	0,00	5.235.956,51	6.802.068,20	12.038.024,71	-2.039.175,30	-1.853.594,15	-3.892.769,45
3.3 APOIO À SIE E AO DEINFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 CUSTOS RECORRENTES	0,00	29.188.713,14	29.188.713,14	0,00	43.719.296,29	43.719.296,29	0,00	498.286,10	498.286,10	0,00	44.217.582,39	44.217.582,39	0,00	-15.028.869,25	-15.028.869,25
4.1 DESAPROPRIAÇÕES	0,00	29.188.713,14	29.188.713,14	0,00	43.719.296,29	43.719.296,29	0,00	498.286,10	498.286,10	0,00	44.217.582,39	44.217.582,39	0,00	-15.028.869,25	-15.028.869,25
4.2 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 CUSTOS FINANCEIROS	0,00	26.149.122,06	26.149.122,06	0,00	54.383.814,37	54.383.814,37	0,00	30.110.730,29	30.110.730,29	0,00	84.494.544,66	84.494.544,66	0,00	-58.345.422,60	-58.345.422,60
5.1 JUROS	0,00	21.076.509,60	21.076.509,60	0,00	46.658.309,29	46.658.309,29	0,00	29.657.345,67	29.657.345,67	0,00	76.315.654,96	76.315.654,96	0,00	-55.239.145,36	-55.239.145,36
5.2 COMISSÃO DE CRÉDITO	0,00	5.072.612,46	5.072.612,46	0,00	7.725.505,08	7.725.505,08	0,00	453.384,62	453.384,62	0,00	8.178.889,70	8.178.889,70	0,00	-3.106.277,24	-3.106.277,24
TOTAL	510.275.000,00	239.849.661,00	750.124.661,00	616.831.662,67	429.780.525,84	1.046.612.188,51	38.711.225,41	33.399.926,22	72.111.151,63	655.542.888,08	463.180.452,06	1.118.723.340,14	-145.267.888,08	-223.330.791,06	-368.598.679,14

(*) Obs: taxa do dólar utilizada R\$ 2,0411 conforme data de assinatura do contrato 09/01/2013

Thiago Augusto Vieira
Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
Representante Legal do Órgão

Eng. Clayton Bortoluzzi de Oliveira
Representante Legal do Órgão

Cláudio Chêrem Garcia
Representante Legal do Órgão

Jorge João Pereira
Representante Legal do Órgão

DETALHE SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DO PROGRAMA:

O Custo total do Programa é de US\$ 367,510,000.00 a ser executado num período de 5 (cinco anos). Em fevereiro de 2020, o projeto encontra-se com os seguintes percentuais de avanço físico-financeiro:

SITUAÇÃO FÍSICA: (Até 28 de fevereiro de 2020).

CATEGORIA DE INVERSÃO	PREVISTO	CONTRATADO	%	CONCLUÍDO	%
CUSTOS DIRETOS					
PAVIMENTAÇÃO	120 km	111,269 km	92,72	70,808 km	63,64
REABILITAÇÃO	200 km	266,518 km	133,26	264,790 km	99,35
CONSTRUÇÃO	40 km	21,721 km	54,30	21,621 km	99,54

SITUAÇÃO FINANCEIRA: (De acordo com os Demonstrativos Básicos, em milhares de dólares norte americanos, posição em 28/02/20).

CATEGORIA DE INVERSÃO	PREVISTO	REALIZADO	%
<u>1 - ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO</u>	18,650	18,423	98,78%
1.1 - ESTUDOS E PROJETOS	5,420	3,766	69,48%
1.2 - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	13,230	14,657	110,79%
1.3 - AUDITORIA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	0,000	0,000	0,00%
<u>2 - OBRAS CIVIS E SUA SUPERVISÃO</u>	308,003	295,867	96,06%
2.1 - CONSTRUÇÃO	61,850	60,657	98,07%
2.2 - PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	49,285	51,343	104,18%
2.3 - REABILITAÇÃO DE RODOVIAS	166,991	160,276	95,98%
2.4 - SEGURANÇA VIÁRIA	4,216	2,906	68,93%
2.5 - MELHORIAS AMBIENTAIS	4,916	1,201	24,43%
2.6 - SUPERVISÃO DE OBRAS	20,745	19,484	93,92%
<u>3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</u>	5,076	4,619	91,00%
3.1 - IMPLANTAÇÃO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL	0,670	0,620	92,54%
3.2 - OPERAÇÃO DO SIST. DE PLANEJ. RODOVIÁRIO	4,306	3,999	92,87%
3.3 - APOIO À SIE E AO DEINFRA	0,100	0,000	0,00%
<u>4 - CUSTOS CONCORRENTES</u>	19,031	14,431	75,83%
4.1 - DESAPROPRIAÇÃO	19,031	14,431	75,83%
4.2 - COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	0,000	0,000	0,00%
<u>5 - CUSTOS FINANCEIROS</u>	16,750	23,983	143,18%
5.1 - JUROS	14,000	21,303	152,16%
5.2 - COMISSÃO DE CRÉDITO/INSP. E SUP. GERAIS	2,750	2,680	97,45%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROJETO
(EMPRÉSTIMO Nº 2900/OC-BR)

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina – Etapa VI, representa para o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária de Santa Catarina, a consolidação e a continuidade de uma vitoriosa parceria entre o Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As metas físicas estabelecidas, para as diversas categorias de investimentos, contemplam setores importantes como ampliação da malha rodoviária e conservação do patrimônio existente, mediante ações específicas de reabilitação do pavimento das rodovias.

É oportuno destacar, que a atenção dispensada para a área de planejamento, fortalecimento institucional, na área de Gestão Ambiental e de Segurança Viária, dão características marcantes a este projeto, cujo resultado deverá reforçar a Instituição responsável pelo gerenciamento da malha rodoviária, ao Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA/SC. Pela Lei Complementar nº 741 que dispôs a nova estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, publicada no DOE/SC de 12/06/2019, em seu Art. 91, ficou extinto o DEINFRA/SC e em seu Art. 92, foram transferidas para a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE/SC, todas as competências do DEINFRA/SC.

1.1. Contratos Firmados:

Até 28 de fevereiro de 2020, foram firmados contratos de obras referentes às categorias de inversão, 2.1 - Construção no valor de US\$ 60.398.000,00, correspondente a 21,721 km, 2.2 - Pavimentação de Rodovias no valor de US\$ 75.802.000,00, correspondente a 111,269 km, e 2.3 - Reabilitação de Rodovias no valor de US\$ 161.231.000,00, correspondente a 266,518 km.

1.2. Obras Concluídas:

Até 28 de fevereiro de 2020, foram concluídas três obras de Construção numa extensão de 21,621 km, quatro obras de Pavimentação com 70,808 km e nove obras de Reabilitação, com 264,790 km de extensão.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS - APROPRIAÇÕES DE CUSTO:

2.1. O Sistema de Contabilidade adotado pela SIE/SC é o utilizado pelo Estado de Santa Catarina, "Contabilidade Pública Direta", obedecidas as normas da Lei Federal nº 4320/64, sendo orientado pela "DCOG" - Diretoria de Contabilidade Geral do Estado - Órgão Centralizador". Todas as atividades contábeis exercidas pela SIE/SC vão ao encontro das Determinações e Normas estabelecidas pelo Plano de Contas Único no Estado, e pelo orçamento aprovado pela Lei nº 17.698 de 16/01/2019. O Plano de Contas da SIE/SC (órgão executor) possui contas separadas evidenciando o projeto BID VI, em seu montante, excetuando-se os custos financeiros que são encargos do Mutuário, apresentando ainda em separado, as fontes de origem dos recursos - BID VI e Contrapartida.

A Administração do Programa BID VI, mantém registros extracontábeis, utilizando-se o princípio de "regime de caixa", os quais permitem identificar as inversões efetuadas no Projeto, além do Registro dos Serviços Contratados, demonstrando o progresso dos mesmos.

2.2. Taxas de Câmbio

2.2.1. A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos do empréstimo, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de fechamento do câmbio.

2.2.2. A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos de contrapartida local é a da data de apresentação da Solicitação de Desembolso ao BID.

2.2.3. A taxa de câmbio dos custos financeiros, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de câmbio da data da operação.

2.2.4. A taxa de câmbio utilizada para conversão, de moeda nacional para dólar norte americano, dos rendimentos de aplicações financeiras é a de 28/02/2020.

3. FUNDOS DISPONÍVEIS:

3.1. Conciliação Bancária – Conta Banco do Brasil – Agência GECEX Brasília, conta nº 82.951.229-BB apresenta saldo em 28/02/2020, no valor de US\$ 69.159,51, resultantes de ganhos de aplicações financeiras. O correspondente saldo da conta, em moeda nacional, obtido utilizando-se a taxa de câmbio de 4,4981, referente ao dia 28/02/2020, é de R\$ 311.086,39 .

3.2. Conciliação Bancária – Conta Banco do Brasil – Por conta da Reforma Administrativa Estadual, as contas administradas pelo DEINFRA tiveram que ser encerradas e abertas novas contas para SIE/SC, os saldos foram transferidos em nov./2019. A conta nº 9527-3 passou para 800.512-5 – e deveria apresentar o saldo, em 28/02/2020, de R\$ 31.137.092,22, sendo R\$ 3.068.162,93, referente ao Desembolso nº 37-2 correspondente a US\$ 776.750,11, obtido utilizando taxa de contrato de câmbio 3,9500, R\$ 28.053.804,64, referente ao Desembolso nº 37-3 correspondente a US\$ 6.795.979,81, obtido utilizando a taxa de contrato de câmbio 4,1280 e R\$ 15.124,65 ganhos de aplicação financeira, correspondente a US\$ 3.362,45, obtido utilizando-se a taxa de câmbio de 4,4981, referente ao dia 28/02/2020. Porém esse valor está em desacordo com o extrato bancário, por terem sido efetuados pagamentos usando recursos da conta, ultrapassando a categoria de inversão. Seguindo sugestão do BID, o valor poderia ser transferido da conta rendimentos para a conta principal, e os pagamentos cadastrados como recursos de contrapartida, foram apresentados ao Banco, na Solicitação nº 47, cadastrados e aprovados pelo Banco, conforme LMS1, expedido em 19/03/2020.

3.3. Ganhos de Aplicação Financeira no exercício de 2019/Fev.2020:

	US\$	R\$
Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B.	10.843,46	48.774,97
Conta Bancária nº 9527-3/800.512-5 – B.B.	143.470,91	645.346,52
Conta Bancária nº 9529-X/800.513-3 – B.B. *	13.628,22	61.301,11
Conta Bancária nº 800.511-7 – BB	50.285,75	226.190,33
Total	218.228,34	981.612,93

*Saldo incluindo o valor de R\$ 9.880,67 repassado pela Fazenda, que se refere aos juros dos desembolsos que permaneceram na conta da Fazenda.

3.4. O montante de rendimentos disponível nas contas bancárias é o seguinte: conta nº 82.951.229-BB, US\$ 69.159,51, conta nº 9527-3/800.512-5-BB, US\$ 3.362,45, e conta nº 9529-X/800.513-3-BB, US\$ 430.023,75, totalizando o valor de US\$ 502.545,71.

Administração do Programa BID, 13 de Abril de 2020.

3.5. O montante disponível nas contas bancárias acima citadas é de US\$ 8.064.035,46.

4. ADIANTAMENTO DE FUNDOS:

O saldo apresentado no Adiantamento de Fundos em 28 de fevereiro de 2020 é o seguinte:

	US\$
Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B.	0,00
Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B. Rendimentos *	69.159,51
Conta Bancária nº 9527-3/800.512-5 – B.B.	7.572.729,76
Total	7.641.889,27

O saldo disponível nas contas do Adiantamento é de US\$ 7.641.889,27, que não coincide com aquele saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados, devido aos rendimentos de US\$ 69.159,51 que pertencem à contrapartida local.

4.1. Fundos Pendentes de Justificativa ao BID

Em 28 de fevereiro de 2020, o montante pendente de justificativa ao BID é de US\$ 7.572.729,76.

4.2. Detalhes sobre o Adiantamento (Antecipos)

Os recursos oriundos do Adiantamento, convertidos para moeda nacional, através de contrato de fechamento de câmbio, ingressam na conta da Secretaria da Fazenda, e posteriormente são transferidos e depositados na conta BANCO DO BRASIL nº 9527-3/800.512-5 - Programa BID VI.

5. FUNDOS DE CONTRAPARTIDA NACIONAL:

O Governo do Estado de Santa Catarina assumiu o compromisso de contribuir com a soma de US\$ 17.997.089,21, como contrapartida local, recursos estes do orçamento da SIE/SC e do Mutuário (Custos Financeiros). Em 28 de fevereiro de 2020, o Governo havia contribuído com a soma de US\$ 8.357.976,69, equivalente a 46,44% do total compromissado. O saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados em 28 de fevereiro de 2020 é o seguinte:

	US\$	R\$
Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B.	69.159,51	311.086,39
Conta Bancária nº 9527-3/800.512-5 – B.B.	3.362,45	15.124,65
Conta Bancária nº 9529-X/800.513-3 – B.B.	430.023,75	1.934.289,82
Total	502.545,71	2.260.500,86

Os saldos destas contas bancárias referem-se a ganhos de aplicações financeiras, no valor de US\$ 502.545,71, correspondentes a R\$ 2.260.500,86, obtidos utilizando-se a taxa de câmbio de 28/02/2020, que é 4,4981.

Os recursos da contrapartida local foram repassados pela Secretaria de Estado da Fazenda obedecendo a disponibilidade financeira do Estado e de acordo com a capacidade operacional das empresas contratadas para execução das obras do Programa e pagos pelas contas nºs 822.001-8 e 822.002-6. A conversão de moeda nacional para dólar, foi realizada considerando o câmbio vigente na data da apresentação da solicitação de desembolso ao Banco.

6. AJUSTES:

6.1. Ajuste de Saldo de Variação Cambial dos Recursos Recebidos: Houve um ajuste nos recursos recebidos do Empréstimo, em moeda nacional no valor de R\$ 2.004.000,00, devido a diferença ocasionada pelo saldo existente na conta nº 82.951.229 – BB, em moeda do empréstimo, no montante de US\$ 10.000.000,00, que para fins de informações nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, foram transformados para moeda nacional, pela taxa de câmbio de 31/12/2018, que era de R\$ 3,8742 e a internalização em moeda nacional ocorreu em 2 ocasiões: em 26/04/2019, com a taxa de câmbio de R\$ 3,9500, os primeiros US\$ 3.000.000,00 e em 19/09/2019, com a taxa de R\$ 4,1280, os US\$ 7.000.000,00 restantes.

6.2. Ajuste de Exercício Anterior:

6.2.1. Ajuste em Dólar na Demonstração de Fluxo de Caixa – Recursos BID, no valor de US\$ (-) 1.320.347,23 e Recursos de Contrapartida no valor de US\$ (-) 153.164,65 referente a pagamentos efetuados no exercício de 2018, que foram comprovados ao Banco no exercício de 2019.

6.2.2. Ajuste em Moeda Nacional na Demonstração de Fluxo de Caixa – Recursos BID, no valor de R\$ (-) 4.904.429,85 e Recursos de Contrapartida no valor de R\$ (-) 572.284,40, referente a pagamentos efetuados no exercício de 2018, que foram comprovados ao Banco no exercício de 2019.

7. AQUISIÇÕES DE BENS:

Não houve aquisições de bens no exercício.

8. CATEGORIAS DE INVERSÃO:

8.1. Engenharia e Administração: Os investimentos realizados em engenharia e administração, foram no montante de US\$ 2.194.387,80, na categoria de investimentos 1.1 – Estudos e Projetos US\$ 679.749,39 e 1.2 - Administração do Programa US\$ 1.514.638,41.

8.2. Obras Cíveis e sua Supervisão: Os investimentos realizados em obras cíveis e sua supervisão, foram no montante de US\$ 8.263.535,64, distribuídos nas seguintes sub-categorias: 2.1 – Construção de Rodovias US\$ 1.084.668,32, 2.2 – Pavimentação de Rodovias US\$ 223.911,45, 2.3 - Reabilitação de Rodovias US\$ 3.049.294,51, 2.4 – Segurança Viária US\$ 1.908.416,56, 2.5 – Melhorias Ambientais US\$ 1.200.605,25 e 2.6 - Supervisão de Obras US\$ 796.639,55.

8.3. Custos Concorrentes: Os investimentos realizados na sub-categoria de inversão 4.1 – Desapropriações foram de US\$ 120.297,94.

8.4. Custos Financeiros: Os gastos de contrapartida investidos no período, na categoria de investimentos custos financeiros, foram de US\$ 7.563.114,53, assim distribuídos: 5.1 – Juros, US\$ 7.449.432,81 e 5.2 - Comissão de crédito/inspeção sup. gerais, US\$ 113.681,72.

**12. CONCILIAÇÃO ENTRE OS REGISTROS DO PROGRAMA E OS REGISTROS DO BID (WLMS-1)
POR CATEGORIAS DE INVERSÃO:**

Recursos Recebidos BID		231.263.657,24	
CATEGORIAS DE INVERSÃO	DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	WLMS-1	DIFERENÇA
1. Engenharia e Administração	17.291.580,34	17.291.580,34	0,00
1.1. Estudos e Projetos	3.710.182,22	3.710.182,22	0,00
1.2. Administração do Programa	13.581.398,12	13.581.398,12	0,00
2. Obras Cíveis e Sua Supervisão	204.833.142,05	204.833.142,05	0,00
2.1. Construção	47.642.487,98	47.642.487,98	0,00
2.2. Pavimentação	27.300.909,25	27.300.909,25	0,00
2.3. Reabilitação	111.919.327,77	111.919.327,77	0,00
2.4. Segurança Viária	1.908.416,56	1.908.416,56	0,00
2.5. Melhorias Ambientais	1.200.605,25	1.200.605,25	0,00
2.6. Supervisão de Obras	14.861.395,24	14.861.395,24	0,00
3. Fortalecimento Institucional	1.566.205,09	1.566.205,09	0,00
3.1. Implant. Plano Rodoviário Estadual	0,00	0,00	0,00
3.2. Operação do Sistema de Planejamento	1.566.205,09	1.566.205,09	0,00
TOTAL	223.690.927,48	223.690.927,48	0,00
Saldo disponível em contas correntes			7.572.729,76
TOTAL			7.572.729,76

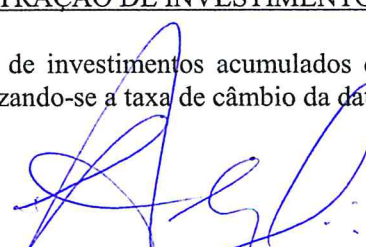
Após a conciliação entre os Recursos Recebidos do BID e os Registros do BID no (LMS-1), foi constatada uma diferença de US\$ 7.572.729,76, saldo na conta 800.512-5-BB, Banco do Brasil, Agência 3582-3 – Fpolis – Recursos do Empréstimo.

13. CONTINGÊNCIAS:

Conforme despacho exarado pela PGE/SC, no processo SIE nº 00001114/2020, não foram encontrados processos naquela consultoria jurídica, relacionados aos contratos do Programa BID VI, listados pela SIE.

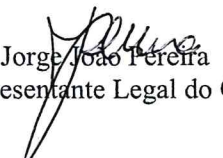
14. DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS EM R\$ (REAIS):

No quadro de investimentos acumulados das categorias de inversão, o valor orçado em R\$ (Reais) obteve-se utilizando-se a taxa de câmbio da data de assinatura do contrato de empréstimo.


Thiago Augusto Vieira
Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE)
Representante Legal do Órgão


Cláudio Cherem Garcia
Representante Legal do Órgão


Engº Clayton Bortoluzzi de Oliveira
Representante Legal do Órgão


Jorge João Pereira
Representante Legal do Órgão